



Gestão escolar democrática e a participação infantil por meio da representatividade do Conselho Mirim

Democratic school management and child participation through the Child Council' representation

Gestión escolar democrática y la participación infantil por medio de la representatividad del Consejo de Menores

Liliane Silva Costa - Prefeitura Municipal de Santo André | Secretaria da Educação | Santo André | SP | Brasil. E-mail: cskaiqueliliane@gmail.com | 

Nonato Assis de Miranda - Universidade Municipal de São Caetano do Sul | Programa de Pós-Graduação em Educação da USCS | São Caetano do Sul | SP | Brasil. E-mail: mirandanonato@uol.com.br | 

Resumo: Este estudo objetivou analisar as possibilidades e os limites do Conselho Mirim (CM) como instrumento para a implementação da gestão escolar democrática em escolas municipais de Santo André. Optou-se pela abordagem qualitativa de pesquisa e foram utilizadas duas técnicas para coleta de dados que se complementam entre si: a entrevista realizada com dez vice-diretores de escola e o círculo de cultura desenvolvido com cinco representantes do CM. Para subsidiar os pesquisadores, em ambas as fases foram utilizados roteiros semiestruturados. Após a coleta de dados, os depoimentos dos participantes foram codificados, categorizados e interpretados na perspectiva da teoria fundamental de John W. Creswell. Os resultados da pesquisa mostram que o CM é um influente canal de práticas democráticas que, se for consolidado entre as escolas e os gestores, pode ser um instrumento para a implementação da gestão escolar democrática. Também é fundamental considerar que a singularidade da infância exige competência dos mediadores.

Palavras-chave: conselho mirim; gestão escolar democrática; participação infantil.

Abstract: This study aimed to analyze the possibilities and limits of the child Council (CM) as an instrument for the implementation of democratic school management in municipal schools in Santo André. We opted for the qualitative research approach and two data collection techniques were used that complement each other: the interview with ten deputy school principals and the culture circle developed with five representatives of the CM. To support the researchers, a semi-structured script was used in both phases. After data collection, the testimonies of the participants were coded, categorized and interpreted from the perspective of the fundamental theory of John W. Creswell. The results of the research show that the CM is an influential channel of democratic practices that, if consolidated between schools and managers, can be an instrument for the implementation of democratic school management. Likewise, it is essential to consider that the uniqueness of childhood requires competence from mediators.

Keywords: child council; democratic school management; child participation.

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo analizar las posibilidades y los límites del Consejo de Menores (CM) como instrumento para la implementación de la gestión escolar democrática en escuelas municipales de Santo André. Fue elegido un abordaje cualitativo de investigación y fueron utilizadas dos técnicas para la recolección de datos que se complementan entre sí: la entrevista realizada con diez vicedirectores de escuela y el grupo de cultura desarrollado con cinco representantes del CM. Para subsidiar el investigadores, en ambas fases fueron utilizados guiones semiestructurados. Tras la recolección de datos, las ponencias de los participantes fueron codificadas, categorizadas e interpretadas en la perspectiva de la teoría fundamental de John W. Creswell. Los resultados de la investigación muestran que el CM es un influyente canal de prácticas democráticas que, si consolidado entre las escuelas y los gestores, puede ser un instrumento para la implementación de la gestión escolar democrática. Además, es fundamental considerar que la singularidad de la niñez exige competencia de los mediadores.

Palabras clave: consejo infantil; gestión escolar democrática; participación infantil.

- Recebido em: 04 de março de 2021
- Aprovado em: 23 de outubro de 2021
- Revisado em: 26 de agosto de 2022

1 Introdução

Na perspectiva de Lück (2009), gestão é o ato de gerir a dinâmica cultural de uma escola, que comumente está afinada com as diretrizes e políticas educacionais públicas, por meio da implementação de seu projeto político pedagógico. Essas diretrizes são definidas pelo compromisso com os princípios da democracia e com os métodos que organizam e criam condições para um ambiente educacional autônomo, de participação, compartilhamento e autocontrole, acompanhando, avaliando e oferecendo retorno das informações à comunidade escolar.

Um ambiente educacional que parte da premissa de valorizar a gestão participativa por meio da liderança da gestão escolar tende a contribuir para uma transformação social. Nesse sentido, se a escola exercer o seu papel social, ou quanto mais democráticas forem suas ações, com a criação de conceitos e teorias capazes de alterar as relações de poder existentes, mais mudanças acontecerão no interior da instituição, o que, conseqüentemente, refletirá na sociedade.

Em sua essência, a gestão escolar democrática considera, no processo educativo, os sujeitos sociais em suas práticas e valoriza o(a) aluno(a) em todos os seus aspectos: emocional, intelectual, físico e social. Essa forma de gestão permeia as experiências democráticas na escola, envolvendo todos os segmentos escolares. As dimensões política e pedagógica da gestão escolar estão ligadas à prática educativa e possuem um forte compromisso com a transformação social, o que se assemelha com a denominação de gestão democrática do ensino (GRACINDO, 2009).

A gestão da escola pública tem suas diretrizes voltadas para um processo democrático, explicitadas nos documentos legais. Nessa condição, a partir da década de 1990, contou-se com muitas políticas educacionais que foram inseridas na área da educação, o que resultou em um novo paradigma de infância e de aluno.

Tendo isso em mente, escolhemos a cidade de Santo André, localizada na região do Grande ABC Paulista, para o desenvolvimento de uma pesquisa cujos resultados parciais estão socializados neste manuscrito. Essa escolha se justifica pelo fato de um dos pesquisadores trabalhar nesse local e ter desenvolvido um trabalho cujo objeto de estudo foi o Conselho Mirim (CM). A escolha da temática em si, dentre outras razões, pautou-se no fato de ser um assunto pouco explorado academicamente. É oportuno sinalizar que Santo André, desde a década de 90, vem criando alguns mecanismos, como a tentativa de fortalecer essa representatividade infantil,

conhecida como CM, juntamente com outros órgãos colegiados da escola, tendo como objetivo implementar uma gestão escolar democrática.

Em face ao exposto, esta pesquisa foi realizada com o objetivo de analisar as possibilidades e limites do CM como instrumento de implementação da gestão escolar democrática em escolas municipais de Santo André. Em termos mais específicos, buscou-se: identificar as concepções dos gestores das escolas participantes na pesquisa acerca da atuação do CM na implementação de uma gestão escolar democrática; verificar se as práticas do CM, em dez escolas investigadas de Santo André, caracterizam-se como de protagonismo autônomo, de colaboração ou dependência.

2 Gestão escolar democrática: participação do Conselho Mirim

Tendo como premissa uma gestão democrática, pautada pela participação de toda comunidade escolar, o CM torna-se um influente instrumento democrático nas escolas. Contudo, nota-se ainda que a participação infantil nas escolas, notadamente, na gestão escolar, enfrenta desafios no alcance de uma atuação efetiva, por vezes, até mesmo além dos muros escolares.

Tomás e Gama (2011) observam que existe uma inibição causada pelo próprio *design* organizacional das escolas, que dificulta a participação das crianças, sobretudo pelas características que as estruturas e as redes de comunicação e decisão assumem. Dentre outras características, eles sinalizam: pouca profundidade; estratégias pouco consolidadas; atitudes e concepções estreitas face à participação; incoerência entre o decretado e a ação no cotidiano escolar; distância dos participantes em relação aos órgãos de decisão, dentre outros. Nessa mesma direção, Castellani (2017) destaca que a troca de governo é um fator que causa interferência na consolidação de um trabalho mais eficaz do CM, uma vez que a descontinuidade das políticas públicas acaba por retroceder as propostas de participação das crianças e o avanço de práticas democráticas no cotidiano escolar.

Existem muitos aspectos na educação a serem analisados para o avanço da democracia. Paro (2016) identifica que o Estado manifesta seu autoritarismo quando deixa de oferecer à escola os recursos necessários à realização de seus objetivos. Reafirmam esse modo de pensar Peletti e Zanardini (2013), ao argumentarem que a gestão democrática faz parte de um ideário,

mas que, diante de barreiras de ordem política-administrativa, torna-se conturbado pensar em uma gestão participativa na qual o Estado é o principal provedor de recursos.

A participação das crianças deve ser incentivada pela escola desde seu ingresso na educação formal, ou seja, na Educação Infantil, de modo que o ensino ofereça diretrizes capazes de oportunizar uma organização sistemática e autônoma do modo de viver. Nesse sentido, Benevides (1996) adverte que é indispensável a associação entre democracia participativa e educação política do cidadão, sendo esta essencial.

Conforme destaca Oliveira (2008), a participação de crianças pode ser entendida como um processo de mudança, que propõe uma educação emancipadora. A sua dimensão político-pedagógica pressupõe a construção de um fazer escolar participativo, que envolve ativamente o segmento discente. Ao exercitar a prática da participação, os alunos ressignificam suas experiências dentro do espaço escolar, participam, resgatam, reafirmam e constroem valores, ao mesmo tempo em que dão significado aos seus projetos de vida e reafirmam suas identidades.

A aprendizagem voltada para a cooperação e para uma prática escolar que parte da análise crítica da realidade na qual os alunos estão inseridos revela uma concepção de educação voltada para o exercício da cidadania, que cria condições e oportunidades para enfrentar a rude concepção imposta pelo capitalismo (ELIAS; SANCHES, 2007).

Para tanto, cabe ressaltar a importância da integração do CM com os demais colegiados deliberativos da escola, no processo decisório do Projeto Político Pedagógico da escola. Formosinho (2007) lembra que é preciso permitir a cada criança a influência no processo de tomada de decisão, de maneira que se possa “treinar” os estudantes com base na afirmação do conhecimento de seus direitos, a fim de desenvolverem a assertividade. É preciso certificar-se de que o sentimento de pertencimento e participação seja cultivado como forma de realizar a comunidade.

As crianças apresentam uma espontaneidade na comunicação e na criação de soluções de forma prática, que pode colaborar para uma melhor condução das diversas demandas presentes no contexto escolar. Angotti (2007) revela que essa facilidade de resolução de problemas pode vir da facilidade que as crianças têm de aprender, que difere da reflexão do adulto. Segundo a autora, elas utilizam a sensibilidade para resolver as dificuldades e aprenderem: “A criança, ser humano livre, pode ensinar-nos, a nós e à sociedade, a ordem, a calma, a disciplina e a harmonia” (ANGOTTI, 2007, p. 139).

Essa mesma autora acrescenta que as crianças são como observadores, investigadores, pequenos cientistas, que registram ativamente as imagens por intermédio dos sentidos e não como se fossem um espelho. Desse modo, a educação deve promover a liberdade e o desenvolvimento das individualidades.

Nesse sentido, Pinazza (2007) define que educar é construir junto, como forma de integrar o conhecimento, seguindo eixos acordados pela comunicação: a cooperação como forma de construção social do conhecimento, a documentação vista como registro da história que se constrói diariamente e, por último, a afetividade como elo entre as pessoas e o objeto de conhecimento.

No entanto, Formosinho (2007) e Castellani (2017) acreditam que existe uma dificuldade do educador em saber lidar com o universo infantil, na manutenção de um diálogo democrático e na deliberação de atuações e legitimação das ideias das crianças, o que pode mudar por meio de formações contínuas para o desenvolvimento profissional. Por sua vez, Elias e Sanches (2007) apontam que a criança deve ser vista como um ser afetivo, um ser inteligente e criador de cultura, como o adulto. Além disso, Formosinho (2007) lembra que a heterogeneidade e a diversidade são uma riqueza, no intuito de se conseguir a integração da autonomia individual de exercício do poder e influência com o exercício social, recíproco e relacional da participação coletiva.

Sob essa ótica, a participação autêntica do CM traduz-se em um proveito de autonomia, autoconfiança e autodeterminação, na construção da identidade pessoal e social e do projeto de vida. Dessa maneira, a escola ensina criando espaços para que o educando consiga construir o seu ser na realização de suas potencialidades pessoal e social, no alcance futuro do sucesso na área profissional e que saiba lidar e contribuir no contexto moderno, tecnológico e científico.

3 Percorso de pesquisa

Este estudo teve o objetivo de analisar as possibilidades e limites do CM, como um instrumento de implementação da gestão escolar democrática nas escolas municipais de Santo André. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, cujos dados foram obtidos por meio de entrevistas com dez vice-diretores e cinco conselheiros mirins, que dialogaram com os pesquisadores por meio de círculo de cultura, valendo-se de um roteiro de entrevista semiestruturado para cada uma das fases da coleta de dados.

O roteiro de pesquisa semiestruturada é considerado mais importante que a estruturada, já que, por ser livre e aberta, privilegia a entrevista, pois valoriza a presença do investigador, oferece as perspectivas possíveis para que o informante abranja a liberdade e a espontaneidade ideal para a investigação (TRIVINOS, 1987).

O Círculo de Cultura utilizado para dialogar com os conselheiros mirins, de acordo com Loureiro e Franco (2012), é um método capaz de fazer com que o indivíduo transforme a realidade pelo papel ativo que desempenha nela e com ela. O ser humano, por meio do trabalho, historicamente altera o mundo natural, de acordo com suas necessidades, e tais mediações propiciam não apenas a emergência da transformação, mas o processo de conhecimento, que é a cultura.

A abordagem com os representantes do CM deu-se a partir da leitura do livro *O sanduíche da Maricota*, de Avelino Guedes, publicado em 2017. A escolha pela leitura do livro corrobora o que pronuncia Cavalcante (2008) sobre a importância do processo metodológico do Círculo de Cultura, em fazer-se um levantamento do universo vocabular do grupo participante, ou seja, detectar as palavras que são a síntese da compreensão do que é comum à realidade dos entrevistados.

De posse das informações obtidas com os vice-diretores e os conselheiros mirins, os dados foram analisados na perspectiva da teoria fundamentada (CRESWELL, 2014). Por meio de um processo de codificação aberta, compilando-se os dados para as principais categorias da informação, com foco no fenômeno central, denominada de codificação axial, e retornando-se às categorias, criando subcategorias em torno do fenômeno central.

Esta pesquisa passou pela análise do Comitê de Ética da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, tendo seu parecer aprovado pelo CAAE: 33003220.7.0000.5510. A avaliação da parte metodológica pelo comitê foi bem criteriosa e cuidadosa, na verificação de métodos bem elaborados, principalmente aquele destinado aos conselheiros mirins, havendo assim necessidade de pequenas adequações nos termos de assentimento e consentimento, o que culminou então na soma de métodos mais claros e eficazes no alcance de resultados sólidos. Os demais participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

Para garantir o sigilo acerca da identidade dos participantes, foi utilizada a sigla “VD” para os vice-diretores participantes e um número para diferenciá-los. Em relação à descrição, eles foram numerados de acordo com a ordem de análise, de modo que os dez participantes foram

assim nomeados: VD1, VD2, VD3, VD4, VD5, VD6, VD7, VD8, VD9 e VD10. Assim como os vice-diretores, seguimos o mesmo critério de sigilo para descrever a participação das crianças. Desse modo, foi utilizada a sigla “CM”, que remete ao termo conselheiro mirim, e um número que corresponde a cada participante, do 1 ao 5. Desse modo, os conselheiros foram identificados da seguinte forma: CM1, CM2, CM3, CM4 e CM5.

4 Resultados e discussão

Os dados obtidos por meio das entrevistas realizadas com os vice-diretores e conselheiros mirins foram organizados considerando-se o método de análise da teoria fundamentada proposta por Creswell (2014). As entrevistas destinadas aos vice-diretores e conselheiros mirins pontuaram questões relacionadas ao funcionamento e a participação do CM, a fim de descobrir teorias acerca dessa representatividade infantil que venha contribuir para uma gestão escolar democrática.

De acordo com os participantes, os temas abordados pelos conselheiros nas reuniões estão relacionados às problemáticas existentes na escola, assim como às questões sociais. Alguns entrevistados citaram temas que foram explorados com o Conselho Mirim no ambiente escolar. De modo mais efetivo, VD10 e VD9 mencionaram o *bullying*; VD1 e VD9 destacaram as questões relacionadas ao meio ambiente; VD8 pontuou a violência; VD9, VD2, VD10, VD7, VD8 disseram o quanto o CM é importante na gestão escolar, pois as crianças trazem em suas falas o olhar atento acerca de situações que ocorrem na escola e os adultos não veem. Trata-se, portanto, de um olhar a mais sobre a gestão da escola, o olhar das crianças, um público que, apesar da pouca idade, tem suas concepções e expectativas em relação ao funcionamento da escola.

Todos os entrevistados avaliaram como positiva a participação no CM. Os VD4 e VD6 disseram que, para tanto, faz-se necessário uma explicação minuciosa do funcionamento do CM, para a apropriação do fazer desse colegiado. Desse modo, tendo-se em vista o tema a se trabalhar, depois da escuta, cabe o planejamento de como será abordado com o grupo de conselheiros, para que se transforme em ação prática. O VD5 esclareceu que para uma mediação eficaz e para que as crianças se sintam mais motivadas a participar, é importante levar um tema gerador que

possibilite um entendimento maior dos estudantes, que cause uma reflexão e que permita criar estratégias de interferência e melhorias da realidade em pauta.

O VD10 acrescentou que o mediador do CM precisa estar atento ao planejamento dos projetos a desenvolver e às intervenções necessárias para que ocorra uma maior autonomia dos alunos. Observou que algumas crianças quando vão ficando mais velhas, com o passar do tempo na escola, tornam-se mais inibidas nas reuniões e demonstram certo receio de falar e demonstrar seu ponto de vista. De acordo com esse vice-diretor, isso ocorre, talvez, por existir um sistema educacional que limita e induz os alunos a serem mais passivos, ao invés de ativos.

Tal inibição dos alunos no entendimento de Tomás e Gama (2011) é causada por um *design* organizacional das escolas que se constitui num inibidor à participação das crianças, sobretudo pelas características que as estruturas e as redes de comunicação e decisão assumem: pouca profundidade; estratégias pouco consolidadas; atitudes e concepções estreitas face à participação; incoerência entre o decretado e a ação no cotidiano escolar e uma distância dos participantes em relação aos órgãos de decisão.

Com relação à autonomia dos conselheiros, o VD1 ressaltou que eles apresentam liberdade na identificação ou percepção dos problemas sociais que influenciam o ambiente escolar. O VD4 destacou que os alunos/crianças trazem de casa um conhecimento sobre política, sobre as coisas que acontecem na sociedade, de uma forma mais simples e que, por vezes, vivenciam uma situação social tão precária, que não conseguem fazer uma análise mais crítica. Nesse sentido, Benevides (1996) informa que é imprescindível a associação entre democracia participativa e educação política do indivíduo, sendo assim, a educação política é primordial.

No que diz respeito à atuação do professor da sala de aula junto às demandas do CM, a VD1 examinou que, em alguns momentos, os docentes contribuem com as tarefas e ações do CM. Todavia, na sua concepção isso não é um movimento contínuo, pois não é sempre que ocorre esse envolvimento e sente que os professores poderiam contribuir mais nesse aspecto.

Os vice-diretores VD2, VD4 e VD8 destacaram que os conselheiros mais velhos, em um movimento colaborativo, ajudam muito as crianças da educação infantil a participarem das reuniões. Essa prática dialoga com a pedagogia de Freinet, abordada por Elias e Sanches (2007) quando focalizam uma aprendizagem voltada para a cooperação e a prática escolar que parte da análise crítica da realidade na qual os alunos estão inseridos, ou seja, uma concepção de educação voltada para o exercício da cidadania.

A participante VD10 deixou explícito que os alunos da educação infantil apresentam um desempenho de excelência nos projetos executados em sua escola, o que a leva a pensar que:

A educação infantil tem capacidade de participar, não devem ser privadas desses momentos por simplesmente alguns gestores e professores jugarem e sentenciar que as crianças pequenas são imaturas ou incapazes de estarem envolvidas nessas discussões ou intervenções no ambiente escolar. Essa forma de pensar pode ser proveniente da dificuldade do adulto ou mediador de lidar com a linguagem ou mundo infantil. (VD10)¹

Formosinho (2007) e Castellani (2017) acreditam que essa dificuldade do educador em saber lidar com o universo infantil para a manutenção de um diálogo democrático e deliberação de atuações e legitimação das ideias das crianças pode mudar, por meio de formações contínuas no desenvolvimento profissional. Elias e Sanches (2007) apontam que a criança deve ser vista como um ser afetivo, um ser inteligente e criador de cultura, como o adulto.

Na tentativa de garantir uma participação ativa de todos os conselheiros nas reuniões, a VD8 salientou que deixa primeiro os mais novos da educação infantil falarem e depois os mais velhos, assim aprendem também a ouvir, conforme evidenciado nesse depoimento:

Não só os maiores falam, porque eles são mais prolixos, têm uma verbalização bem melhor, nós temos umas pessoas extremamente inteligentes nos quartos, quintos, terceiros anos aqui. Para que os menores falem primeiro e os maiores aprendam a ouvir. Porque é muito interessante que, às vezes, os menores trazem ideias de um jeito que o maior fala... Eles pedem licença para falar: 'Eu coloquei isso...'. Eles trocam ideias entre eles e fica uma coisa bonitinha de ver. Gostosa. Porque as crianças se sentem orgulhosas de trazerem proposições inteligentes. Que eles trazem ideias bem práticas. A gente que está aqui, fora da sala de aula, não tem a interação que eles têm a todo o momento, não perceber que: Nossa, tão simples resolver esse problema. E eles trouxeram a solução. Então essa atuação é bem bacana, bem interessante. (VD8)

Seguindo a teoria de Maria Montessori, defendida por Angotti (2007), essa facilidade de resolução de problemas pode vir da facilidade que a criança tem de aprender, que difere da reflexão do adulto. As crianças utilizam a sensibilidade para resolver os problemas e com isso aprendem.

VD10 afirmou que o CM pode ser um aliado em um trabalho cooperativo junto à equipe gestora. De modo mais efetivo, ele disse:

Ter os conselheiros mirins como aliados e parceiros na organização da gestão escolar, sem dúvida, é uma conquista, no sentido de pensar em conjunto nesses detalhes do cotidiano escolar, de estar ouvindo os alunos e considerando relevante o desejo, opiniões sobre a rotina escolar e, mais do que isso, colocar em prática o que de fato querem para esse ambiente que passam grande parte do seu dia. O aluno pode

¹ Todas as falas foram transcritas exatamente como proferidas pelos entrevistados, respeitando-se as diversas variedades linguísticas. Optou-se, portanto, pela não adequação à norma culta padrão da Língua Portuguesa.

conquistar uma autonomia, identidade e criticidade maior quando encontra esse espaço de participação e a gestão uma maior possibilidade de acerto de um plano de ação, ao colocar os alunos como coautores desde o planejamento a execução das tarefas tidas como encaminhamento construído pelo coletivo escolar. (VD9)

Formosinho (2007) reitera essa forma de pensar ao expressar que é preciso aceitar que a criança tenha influência no processo de tomada de decisão, de maneira que possa ensiná-las a obterem a afirmação do conhecimento de seus direitos, a fim de desenvolverem a assertividade. É preciso certificar-se de que o sentimento de pertencimento e participação seja cultivado como forma de produzir a comunidade.

Como explicitado pelo VD2, as crianças ajudam a descobrir o que é realmente necessário e que passa despercebido pela equipe escolar.

As crianças, elas chamam a atenção para a gente para coisas que passam despercebidas aos olhos dos adultos. É um brinquedo diferente, uma forma de conversar com os colegas, assuntos para serem tratados, que eles trazem para a gente. Porque às vezes acontece algum assunto que eles conversam entre eles, e a gente não fica sabendo. E quando a gente dá essa liberdade de eles poderem falar e compartilhar as preocupações deles surgem novas demandas para a gente. Coisas que a gente não imaginava que fossem aparecer. (VD2)

Tendo em vista que um CM atuante pode proporcionar benefícios para a organização escolar, isso implicará necessidade de oportunizar e ampliar a participação desse colegiado. Percebe-se que os entrevistados manifestaram o desejo de investimento na participação do CM no contexto escolar por acreditarem que é um colegiado de proposição eficiente na implementação de uma gestão democrática. Os participantes demonstraram na pesquisa, ainda, que o CM apresenta algumas fragilidades, como a fragmentação das ações por parte de cada gestão escolar e a frágil integração de todos os segmentos da escola, em especial o grupo de docentes.

Sarmento, Fernandes e Tomás (2007) reconhecem que assentar uma ação política das crianças é algo de fundamental importância para melhorar as condições de vida das famílias e comunidades. Mas não é somente isso, ela é importante também para discutir outras formas de relação entre adultos e crianças, contribuir para novas formas de conhecimento sobre a infância, construir espaços de participação e promover discussões acerca da necessidade de articulação entre democracia representativa e democracia participativa.

A exemplo do que ocorreu com a pesquisa de Castellani (2017), os entrevistados VD1, VD4, VD7, VD8 e VD10 salientaram que a descontinuidade política dos governantes interfere não somente na gestão da escola, ela também influencia o projeto do CM nas escolas. Sobre esse assunto, a VD4 destacou que há uma oscilação em sua atuação, ora o CM é importante para os

governantes e precisa acontecer nas escolas, ora isso não tem muita importância. Outro aspecto considerado pela vice-diretora é a não uniformidade da atuação nas escolas, sendo assim, há escolas onde o CM é mais atuante e, em outras, nem tanto. Os VD4 e VD10 lembraram que o CM é algo já instituído como política pública, pelo menos em Santo André. Na perspectiva deles, isso não muda, porém, a forma de administrar dos governantes define sua valorização ou não. Noutras palavras, esse processo difere de governo para governo. Nesse sentido, o VD9 destacou que:

A descontinuidade política, de governos, eu acredito que realmente influencia nessa questão da atuação do Conselho Mirim e nessa construção da gestão democrática. Na mudança de governo, muitos profissionais mudam de cargos, as estratégias de administrar sofrem alterações, pensamentos diferentes que desejam deixar suas marcas de governo. O Conselho Mirim é algo já instituído na prefeitura de Santo André. Então não se muda. Sai gestão e entra gestão, o Conselho Mirim continua. Mas o que muda é a intensidade de ações proporcionadas pelos governantes, que pode causar uma valorização ou não dessa representatividade infantil. (VD9)

A continuidade de qualquer política pública é importante, de acordo com a participante VD4. Para ele, a efetividade das ações realizadas no CM depende de seu prosseguimento, pois a criança não aprende a participar e não se efetiva enquanto conselheiro mirim em meio a constantes rupturas. Desse modo, a escola não consegue contribuir como deveria para que os alunos se tornem adultos participantes.

Castellani (2017), por meio de seus estudos, também acredita que a troca de governo é um fator que causa interferência na consolidação de um trabalho mais eficaz do CM, uma vez que a descontinuidade das políticas públicas acaba por retroceder as propostas de participação das crianças. Outro ponto explicitado pelo entrevistado VD7, foi a rotatividade dos professores na escola, que também não possibilita uma continuidade na sequência de propostas do CM.

A VD10 relatou outro condicionante na participação do CM, que são a dependência e a falta de autonomia administrativa da escola pública, que dificultam o andamento preciso das ações necessárias apontadas pelos membros desse colegiado. A falta de autonomia da escola, que depende de verbas públicas, que precisa se submeter primeiro às questões burocráticas para somente depois utilizar o dinheiro, causa muita demora na resolução dos problemas e suprimento das necessidades vigentes.

Paro (2016) ressalta que o Estado pode manifestar seu autoritarismo também quando deixa de oferecer à escola os recursos necessários à realização de seus objetivos. Peletti e Zanardini (2013) validam esse posicionamento, ao argumentarem que faz parte de um ideário que

a gestão seja democrática, porém, diante de barreiras de ordem política administrativa fica um pouco antagônico pensar em uma gestão participativa na qual o Estado é o principal fornecedor de recursos.

Os VD2, VD4, VD9 e VD10 demonstraram uma preocupação por ainda não terem conseguido criar estratégias de integração entre o Conselho de Escola e o CM e aperfeiçoar a participação de toda a comunidade nas decisões da escola. Assim, VD9 sinalizou que:

As ações do Conselho Mirim, juntamente com as demais instâncias, podem ajudar a construir uma cultura social mais participativa por meio da escola, na busca de uma identidade individual e coletiva, partindo da realidade local de cada escola, com o intuito de fortalecer uma participação mais eficaz desses colegiados. Penso que a escola precisa organizar ações que possibilitem as famílias e alunos a mudarem percepções equivocadas de que ainda a gestão da escola ou diretor são os únicos detentores do poder. (VD9)

Nessa perspectiva comunitária de fortalecimento da participação, Formosinho (2007) relata que a heterogeneidade e a diversidade são uma riqueza, no intuito de se conseguir a integração da autonomia individual de exercício do poder e influência com o exercício social, recíproco e relacional da participação coletiva.

Contudo, mesmo com algumas dificuldades vigentes, o CM de algumas escolas de Santo André vem desempenhando um excelente trabalho coletivo. Foram citados alguns projetos executados por essa representatividade infantil, dentre os quais o VD6 destacou dois que estão concluídos. O primeiro foi sobre uma questão de acessibilidade, que atingia diretamente a mobilidade de uma cadeirante da escola. Uma árvore que ficava no meio da calçada, com raízes enormes, fazia com que a estudante utilizasse a rua para chegar ao interior da escola, o que expunha a criança ao risco de acidentes.

Os colegas de turma do quinto ano, inconformados com a situação, enviaram uma carta para o prefeito relatando o caso e, como resposta para solucionar o problema, eles tiveram a árvore retirada. Por fim, a calçada foi arrumada, possibilitando que todos pudessem transitar de forma segura.

O segundo projeto dessa escola, liderado pelo CM, recebeu o nome de *Não alimente os pombos de Santo André*. Nesse período, encontravam-se muitos pombos na cidade e, conseqüentemente, no interior da escola, localizada em um espaço em que havia um grande predomínio desses animais. Os alunos sofriam muito com a presença das aves quando utilizavam a quadra durante a aula de educação física. Dependendo do horário, a equipe da limpeza não

tinha condições de recolher as fezes, o que acarretava na mudança do planejamento da aula do professor para outro local.

Assim, os estudantes da escola procuraram o CM, na perspectiva de encontrar soluções e, em seguida, foram à reunião do Conselho de Escola, que decidiu como encaminhamento colocar telas de proteção, na tentativa de inibir os pombos a entrarem na quadra. Essa ação, porém, não funcionou, uma vez que os animais rasgavam a tela e conseguiam ter acesso ao ambiente como antes.

O CM chegou à conclusão de que, para acabarem com os pombos no bairro, as famílias que moravam na rua da escola não poderiam continuar jogando quirela para alimentá-los, pois isso facilitava a aglomeração desses animais no bairro. Os conselheiros fizeram muitas pesquisas sobre os pombos, encontraram muitas doenças que podem transmitir para os humanos e, com isso, fizeram panfletos e distribuíram nas casas do entorno da escola em que estudavam, na tentativa de conscientizar a comunidade de que estavam fazendo um mal alimentando os animais.

Segundo o VD6, a sequência de etapas e ações dos dois projetos citados foi uma ideia do CM. A contribuição dos adultos foi apoiar e estimular esses trabalhos que acabaram envolvendo toda a escola e que, certamente, ficarão guardados na memória de todos os participantes, por terem surtido efeitos pontuais nos problemas apontados e devido ao protagonismo exercido pelos alunos.

Os entrevistados (VD10 e VD5) salientaram que quando o CM tem espaço para participação, só há pontos positivos, pois essa participação ajuda na gestão da escola e nas relações entre as pessoas, além de possibilitar que as crianças se expressem, colocando para fora aquilo que as incomodam. Os VD7 e VD4 avaliaram ainda que os discentes se sentem importantes e chegam até mesmo a mudar de um comportamento “indisciplinado” para um comportamento mais ativo.

A VD4 salientou que o CM é capaz de fazer um resgate moral na vida de alguns estudantes e citou, como exemplo, aqueles alunos que não têm um comportamento muito adequado considerado de falta de respeito com a própria escola. Na sua perspectiva, ao colaborarem, tornam-se comprometidos, atuantes e participativos, sabedores de sua responsabilidade enquanto conselheiros e passam a servir de exemplo positivo aos demais educandos.

Conforme destaca Oliveira (2008), a participação das crianças na gestão da escola pode ser entendida como um processo de mudança, que propõe uma educação emancipadora. A sua dimensão político-pedagógica pressupõe a construção de um fazer escolar participativo que envolve ativamente o segmento discente. Ao exercitar a participação, os estudantes ressignificam suas experiências dentro do espaço escolar, participam, resgatam, reafirmam e constroem valores, ao mesmo tempo em que dão significado aos seus projetos de vida e reafirmam suas identidades.

Na segunda parte da coleta de dados, os cinco conselheiros mirins deram as suas opiniões também sobre a atuação do colegiado (CM). Em entrevista no Círculo de Cultura, o estudante CM1 relatou que gosta de brincar e não gosta de brigas com os amigos. Já a participante CM2 pontuou que falta mais respeito com os colegas na escola. Quando indagados sobre como o CM pode ajudar a melhorar esse cenário, a aluna CM3 relatou que os conselheiros precisam tentar conscientizar essas pessoas de que faltar com respeito ao outro não é algo bom, para, assim, tentar melhorar esse tipo de conduta.

Ao serem indagados sobre o que gostam e o que não nas práticas do CM, a educanda CM1 disse que não gosta de brigas, o que induz a pensar que essa problemática deve permear o cotidiano dessa escola ou de sua turma, com quem tem maior convivência. Após a fala de CM1, os conselheiros foram convidados a pensar em uma possível solução e a aluna CM3 propôs que fizessem um diálogo de conscientização, na tentativa de mudar o comportamento dos estudantes que brigam, por meio de um trabalho cooperativo e afetivo entre as pessoas.

Quando interrogados sobre quem procuram quando desejam expor algo que consideram relevante, o conselheiro CM1 mencionou que quando quer falar algo relacionado ao colegiado, reporta-se, primeiramente, à professora e, caso essa não esteja presente, procura a diretora. Já a participante CM2 relatou que tem um caderninho em que faz as anotações do que a escola precisa e depois fala na reunião.

Angotti (2007) chama atenção ao mencionar que as crianças são como observadores, investigadores, pequenos cientistas que registram ativamente as imagens, por intermédio dos sentidos; o que é diferente de percebê-las como se fossem um espelho, o que culmina em uma educação que promove a liberdade e o desenvolvimento das individualidades.

Depois dessa observação atenta das crianças, ficou claro que cada conselheiro encontra uma forma de socializar o que foi constatado, seja procurando por um adulto, por meio de

anotações ou dividindo suas considerações com todos os colegas no momento da reunião. Percebe-se que a escuta acerca do que pensam os discentes ainda não acontece de forma eficaz.

Todavia, houve opiniões divergentes sobre o assunto; os alunos CM2 e CM4 afirmaram que são ouvidos, porém, a aluna CM3 mencionou que em alguns momentos seu pedido é atendido e em outros não, mas que os adultos explicam o porquê de cada solicitação não ser acatada. O participante CM1 pontuou que quando fala com os adultos eles escutam, mas algumas vezes, quando não escutam, justificam pela questão de estarem ocupados.

Pela fala do aluno CM1, infere-se que ainda existem professores e gestores que não consideram a capacidade de expressão dos estudantes como algo primordial no processo educacional, prevalecendo a voz dos adultos. Nega-se, assim, o direito das crianças de serem ouvidas, o que contraria a liberdade de expressão defendida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais documentos que legitimam esse direito.

Ao serem questionados sobre o que achavam que poderia ser melhorado no CM, a participante CM5 salientou que precisa melhorar as condições dos brinquedos, pois muitos dos que se encontram na caixa de areia estão quebrados e empoeirados; ela também pontuou que é necessário permitir que nas reuniões sejam abordados mais assuntos sobre a escola. Em sua fala também consta um pedido que corresponde a um olhar para aqueles alunos que não têm muitos materiais escolares: *“podia dar materiais porque tem gente que não tem muita coisa”* (CM5).

A expressão de CM5 permite uma reflexão acerca do significado de democracia, que permeia todo o trabalho escrito a respeito de equidade, igualdade, da falta de recursos suficientes para uma educação de qualidade, uma democracia que se perpetua no discurso político, mas que nega os direitos públicos. Cabe indagar, se todos tivessem equidade de direitos, a aluna CM5 teria mencionado acerca da escassez de material escolar para algumas crianças? Se os órgãos públicos existem para suprir as necessidades da população (do alunado, no caso da escola), teria falado sobre a manutenção do parque?

5 Considerações finais

A singularidade inerente à infância exige que haja uma orientação clara para os alunos a respeito da função e importância do CM para o funcionamento do dia a dia da escola. Para tanto, requer uma mediação competente que se coloque na liderança desse trabalho de abertura de

condições para que os conselheiros possam refletir sobre sua realidade, sobre as eventuais necessidades da escola e aprendam a interferir no que acharem imprescindíveis. Os estudantes devem ser capazes de pensar e executar propostas com temas geradores que levem em consideração o seu contexto social e de exercitar suas potencialidades em prol de experiências de colaboração mútua.

Por meio desta pesquisa, identificou-se a necessidade de uma formação para melhorar a condução das propostas que competem ao conselho mirim, no intuito de qualificar a mediação de professores e principalmente gestores que atuam diretamente com os conselheiros. Nem todos os sujeitos envolvidos no desenvolvimento escolar têm a clareza de que o CM pode colaborar para um avanço de qualquer atividade desenvolvida em sala de aula e para uma construção autônoma de conhecimento. A participação nas decisões da escola é realizada pelos colegiados existentes, no entanto, a integração do CM com os canais deliberativos, em especial com o Conselho de Escola, ainda está na fase de construção. Isso acontece devido às muitas demandas burocráticas que a gestão precisa executar, sobrando pouco tempo para se dedicarem ao CM, como relataram os vice-diretores entrevistados. Assim, poucas escolas vivenciam esse movimento de integração que permite a divisão de poderes entre a comunidade escolar.

Algumas práticas de protagonismo infantil foram identificadas nas escolas da rede de Santo André, conseguindo, com isso, diminuir o antagonismo entre os documentos legais e a realidade que ocorre no cotidiano escolar. Os mediadores entrevistados (vice-diretores) acreditam que o CM é um importante instrumento na composição dos eixos democráticos da gestão escolar, mas que ainda sofre impactos políticos no processo de sua atuação na prática.

O CM vem atingindo o objetivo de tornar a escola um ambiente de aprendizagem política e pedagógica mais consistente e de melhorar o espaço escolar e as relações que ali acontecem. Os gestores enxergam o CM como um importante aliado da gestão escolar. É um projeto que vem se expandindo no auxílio da participação infantil no contexto escolar, entretanto, as interrupções políticas, na troca de governo, acabam por interromper também os projetos desenvolvidos pelos Conselheiros Mirins.

As crianças demonstram ter conhecimentos de política, porém percebe-se ainda em algumas escolas pouco estímulo ou propostas direcionadas com relação a essa aprendizagem. Para dar conta dessa tarefa, a figura do mediador é de extrema importância, pois algumas crianças, principalmente as mais novas, precisam da oferta de metodologias mais lúdicas que as

auxilie no alcance de competências capazes de despertar a autonomia frente os problemas da escola. Desse modo, é importante explicar para a criança todo o processo e fazer alguns questionamentos que a leve a refletir e encontrar uma solução cabível e coerente para eventuais problemas identificados no cotidiano escolar.

Todavia, é imprescindível trabalhar com o CM a questão política dos problemas expostos e tentar dar responsabilidade aos conselheiros/crianças em uma perspectiva cidadã. Com o passar do tempo, muitos conselheiros mudam seu comportamento, adquirem valores antes restritos, sentem-se parte da escola e por isso cuidam.

Constata-se então que gestão democrática escolar ainda está em fase de implementação, não está consolidada, a escuta das crianças por parte da gestão escolar e adultos ainda precisa ser aprimorada na condição de que todos os conselheiros mirins avancem na participação. O CM é um influente espaço participativo que vem resultando em práticas protagonistas das crianças e que pode ser um mecanismo imprescindível para a consolidação da gestão democrática nas escolas de Santo André, no ABC Paulista.

Referências

ANGOTTI, Maristela. Maria Montessori: uma mulher que ousou viver transgressões. *In*: FORMOSINHO, Júlia Oliveira; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA Mônica Appezzato (org.). **Pedagogia(s) da infância dialogando com o passado construindo o futuro**. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 95-104.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, São Paulo, n. 38, p. 223-237, dez. 1996.

CASTELLANI, Denise Aparecida Refundini. **Gestão democrática: a participação e o protagonismo dos conselhos mirins na cidade de Santo André**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Cidade de São Paulo - UNICID, São Paulo, 2017.

CAVALCANTE, Ruth. A educação biocêntrica dialogando no círculo de cultura. **Revista Pensamento Biocêntrico**, Pelotas, n. 10, p. 95-125, jul./dez. 2008.

CRESWELL, John W. **Investigação e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre: Penso, 2014.

ELIAS, Marisa Del Cioppo; SANCHES, Emília Cipriano. Célestin Freinet: trabalho, cooperação e aprendizagem. *In*: FORMOSINHO, Júlia Oliveira; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA Mônica Appezzato (org.). **Pedagogia(s) da infância dialogando com o passado construindo o futuro**. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 171-196.

FORMOSINHO, Júlia Oliveira. Pedagogia(s) da infância: reconstruindo uma práxis da participação. *In*: FORMOSINHO, Júlia Oliveira; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA Mônica Appezzato (org.). **Pedagogia(s) da infância dialogando com o passado construindo o futuro**. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 13-36.

GRACINDO, Regina Vinhaes. O gestor escolar e as demandas da gestão democrática: exigências, práticas, perfil e formação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 135-147, jan./jun. 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; FRANCO, Jussara Botelho. Aspectos teóricos e metodológicos do círculo de cultura: uma possibilidade pedagógica e dialógica em educação ambiental. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, RS, v. 17, n. 1, p.11-27, 2012.

LÜCK, Heloisa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

OLIVEIRA, Solange de Lima. **Formação para a participação**: perspectivas freirianas para educação infantil no município de Diadema / São Paulo. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PELETTI, José Armando; ZANARDINI, João Batista. Gestão democrática e participativa: considerações preliminares. **Os desafios da escola pública Paranaense na perspectiva do professor PDE**. Paraná: Secretaria da Educação, 2013. (Cadernos PDE, v. 1).

PINAZZA, Mônica Appezzato. John Dewey: inspirações para uma pedagogia da infância. *In*: FORMOSINHO, Júlia Oliveira; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA Mônica Appezzato (org.). **Pedagogia(s) da infância dialogando com o passado construindo o futuro**. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 65-94.

SARMENTO, Manuel Jacinto; FERNANDES, Natália; TOMÁS, Catarina. Políticas públicas e participação infantil. **Educação, Sociedade e Cultura**, Porto, Portugal, n. 25, p. 183-206, 2007.

TOMÁS, Catarina; GAMA, Ana. A cultura de (não) participação das crianças em contexto escolar. *In*: ENCONTRO DE SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO, 2., 2011, Porto, Portugal. **Anais [...]**. Porto, Portugal: Faculdade de Letras da Universidade do Porto Educação, 2011, p. 1-22. Tema: Educação, Territórios e (Des)Igualdades.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.